BTCU

Administrativo

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 52 | nº 133 | Terça-feira, 16/07/2019

Atos do Presidente	1
Secretaria-Geral da Presidência	2
Instituto Serzedello Corrêa	2
Secretaria-Geral de Controle Externo	6
Coordenação-Geral de Controle Externo de Gestão de Processos e Informações	10
SEC-MS	10
SEC-RN	11
Secretaria-Geral de Administração	12
Secretaria-Geral Adjunta de Administração	12
Secretaria de Gestão de Pessoas	12
Diretoria de Legislação de Pessoal	13
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade	17

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3º a 5º do art. 295 do Regimento Interno do TCU

<http://www.tcu.gov.br>

btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF

Fones: 3316-7279/3316-7869/3316-2484/3316-5249

Presidente

JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Vice-Presidente

ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Ministros

WALTON ALENCAR RODRIGUES

BENJAMIN ZYMLER

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

BRUNO DANTAS NASCIMENTO

VITAL DO RÉGO FILHO

Ministros-Substitutos

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

MARCOS BEMQUERER COSTA

ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU

Procuradora-Geral

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais

LUCAS ROCHA FURTADO

PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores

MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO

JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA

SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Secretário-Geral

LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA

segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União administrativo - Ano. 51, n. 197
(2018)- . Brasília: TCU, 2018- .

Diário.

Continuação de: Boletim do Tribunal de Contas da União Administrativo
Normal.

1. Ato administrativo - periódico - Brasil. I. Brasil. Tribunal de Contas da
União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

ATOS DO PRESIDENTE**PORTARIAS****PORTARIA-TCU Nº 222, DE 15 DE JULHO DE 2019.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 70, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e tendo em vista as informações constantes do processo nº TC-012.259/2019-5, resolve:

APOSENTAR, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor FAUSTO HENRIQUE FRANÇA, CPF nº 279.314.981-00, matrícula 1717-5, no cargo de Auditor Federal de Controle Externo, Controle Externo, Especialidade Controle Externo, Classe Especial, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, primeira parte, da Constituição da República Federativa do Brasil, na forma da redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c a Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, acrescidos das vantagens previstas no art. 2º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, no art. 15, § 1º, da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, e no art. 67 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, asseguradas pelo art. 13 da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO

(Publicado no DOU Edição nº 135 de 16/07/2019, Seção 2, p. 47)

PORTARIA-TCU Nº 223, DE 15 DE JULHO DE 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 70, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e tendo em vista as informações constantes do processo nº TC-012.993/2019-0, resolve:

APOSENTAR a servidora EDILENE MARIZA FROEDE CATAPANE, CPF nº 967.596.747-15, Matrícula-TCU nº 6562-5, no cargo de Auditor Federal de Controle Externo, Controle Externo, Especialidade Controle Externo, Classe Especial, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, primeira parte, da Constituição Federal de 1988, na forma da redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, sendo os proventos proporcionais calculados na forma da redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c a Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, isentando a interessada do recolhimento do Imposto de Renda, com fundamento no art. 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, regulamentado pelo artigo 35, inciso II, b, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, bem como reduzir a base de cálculo da contribuição social, com fundamento no § 21 do art. 40 da Constituição Federal.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO

(Publicado no DOU Edição nº 135 de 16/07/2019, Seção 2, p. 48)

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA**INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA****PORTARIAS**

PORTARIA-ISC Nº 16, DE 12 DE JULHO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA, no uso da competência que lhe confere o art. 1º, inciso XX, da Portaria-Segedam nº 7, de 2 de janeiro de 2019, e

Considerando o disposto no Regimento Interno do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), aprovado pela Portaria-ISC nº 15, de 3 de julho de 2019;

Considerando a necessidade de agilizar e racionalizar as atividades desenvolvidas pelas subunidades do ISC e as ações educativas que visam ao desenvolvimento de competências profissionais e organizacionais necessárias à efetividade do controle externo da administração pública, resolve:

Art. 1º Fica subdelegado aos diretores da Diretoria de Relações Institucionais, Pós-Graduação e Pesquisas (Dirip), da Diretoria de Educação Corporativa (Decorp) e do Centro de Promoção de Cultura e Inovação (CePI), em suas respectivas áreas de competência:

I - encaminhar a outras unidades do TCU processos, memorandos e mensagens eletrônicas concernentes a solicitações e requisições de serviços rotineiros e relativos ao planejamento e à execução de ações educacionais constantes de programação periódica do ISC, aprovada previamente pelo Diretor - Geral;

II - autorizar a movimentação interna de servidores lotados nos serviços sob sua supervisão, informando o Diretor-Geral e o Serviço de Administração do ISC;

III - padronizar procedimentos gerenciais e operacionais no âmbito da respectiva subunidade, tais como gestão do desempenho, participação em eventos e escalas de férias;

IV - designar servidores lotados nos serviços sob sua supervisão para realizar trabalho conjunto que envolva uma ou mais das subunidades da respectiva diretoria;

V - autorizar a realização de ações educacionais cujos facilitadores de aprendizagem sejam exclusivamente servidores ou autoridades do TCU;

VI - ofertar vagas e abrir inscrições para programas e ações educacionais constantes de programação periódica do ISC, aprovada previamente pelo Diretor-Geral;

VII - decidir sobre os pedidos de desistência de participação em curso;

VIII - publicar editais de seleção para programas e ações educacionais constantes de programação periódica do ISC, aprovada previamente pelo Diretor-Geral;

IX - autorizar a participação de servidores do TCU, com anuência do titular da unidade de lotação, em eventos externos de curta duração, no Brasil, sem ônus para o TCU;

X - ofertar vagas em eventos externos de curta duração, no Brasil, de interesse de unidades técnicas do Tribunal, sem ônus para o TCU;

XI - selecionar, consultar e convidar servidor ou autoridade do TCU para o exercício das atividades passíveis de pagamento da gratificação por encargo de curso e concurso, estabelecida na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007.

Parágrafo único. Fica subdelegado, ainda, ao diretor da Diretoria de Relações Institucionais, Pós-Graduação e Pesquisas (Dirip):

I - selecionar, consultar e convidar servidor ou autoridade do TCU para o exercício das atividades passíveis de pagamento da gratificação por encargo de curso e concurso, estabelecida na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, no caso de ações educacionais voltadas ao público externo e internacionais;

II - encaminhar a outras unidades do TCU processos, memorandos e mensagens eletrônicas concernentes a solicitações e requisições de serviços rotineiros e relativos a execução de ações educacionais constantes de programação periódica de ações educacionais do ISC voltadas ao público externo e decorrentes da participação do TCU em Comitês e Comissões internacionais, aprovada previamente pelo Diretor-Geral;

III - emitir declarações de participação, históricos e certificados com assinatura digitalizada do Diretor-Geral de ações educacionais decorrentes da participação do TCU em Comitês e Comissões internacionais devidamente autorizadas e registradas em sistema de administração educacional do ISC;

IV - analisar e aprovar, quando for o caso, solicitações de empréstimo do Auditório da Sede do ISC para entes externos ao TCU, seguindo os critérios especificados na Portaria ISC 4/2019; e

V - administrar recursos orçamentários decorrentes da participação do TCU em Comitês e Comissões internacionais, elaborando termos de referência para contratação de serviços e ações educacionais.

Art. 2º Fica subdelegado ao diretor do Centro de Documentação (Cedoc):

I - encaminhar expedientes internos ao TCU relativos aos serviços de rotina do Cedoc, ou de qualquer de suas subunidades;

II - emitir ofícios de pedidos ou cobranças relativos a empréstimos entre bibliotecas, centros de documentação ou afins, ou, ainda, cobranças de empréstimos realizados junto aos seus usuários;

III - interagir diretamente com outras bibliotecas e arquivos em assuntos técnicos;

IV - encaminhar a outras unidades do TCU processos, memorandos e mensagens eletrônicas concernentes a solicitações e requisições de serviços rotineiros e relativos à execução de ações relacionadas às áreas de competência técnica e conservação das instalações do Cedoc ou de qualquer uma de suas subunidades;

V - autorizar a movimentação interna de servidores lotados nos serviços sob sua supervisão;

VI - padronizar procedimentos gerenciais e operacionais no âmbito do Cedoc, tais como gestão do desempenho, participação em eventos, escalas para licença-capacitação e férias;

VII - designar servidores lotados nos serviços sob sua supervisão para realizar trabalho conjunto que envolva qualquer das subunidades do Cedoc;

VIII - interagir diretamente com fornecedores de serviços pertinentes à área de competência do Cedoc.

Art. 3º Fica subdelegado aos diretores:

I - deferir pedido de vista, de cópia, e de informações relativas a processos sem relator designado ou a processos encerrados, excetuados aqueles com restrição de acesso em razão da confidencialidade, observando-se, no que couber, o disposto nas Resoluções-TCU nº 254, de 10 de abril de 2013, e nº 259, de 7 de maio de 2014; e

II - expedir certidões e declarações em conformidade, no que couber, com os arts. 74 a 87 da Resolução-TCU nº 259, de 2014, apondo-lhes o necessário visto e mencionando esta delegação, ressalvadas as requeridas pelo Presidente ou Vice-Presidente da República, Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União, Ministros de Estado ou autoridades de nível hierárquico equivalente, membros do Congresso Nacional e Ministros de Tribunais Superiores.

Art. 4º Fica subdelegado ao chefe do Departamento de Pós-Graduação e Pesquisas (Despe):

I - autorizar a participação de servidor em evento externo de longa duração objeto de bolsa de pós-graduação, desde que aprovado previamente em processo seletivo próprio;

II - aprovar parecer em processos concernentes a solicitação de licença para capacitação em todos os temas;

III - aprovar parecer em processos concernentes a solicitação de regime especial de cumprimento de jornada de trabalho para servidor estudante;

IV - encaminhar à Secretaria de Gestão de Pessoas - Segep - processos concernentes a solicitação de regime especial de cumprimento de jornada de trabalho e de licença-capacitação para encerramento, nos casos em que a comprovação estiver regular;

V - interagir diretamente com outras instituições e escolas de governo em relação a temas pertinentes às suas respectivas áreas de competência.

Art. 5º Fica subdelegado aos chefes do Serviço de Ações Educacionais Presenciais (Sedup), do Serviço de Educação Corporativa de Controle Externo (Seducont) e do Serviço de Educação Corporativa em Liderança e Gestão (Selid):

I - selecionar, consultar e convidar servidor ou autoridade do TCU para o exercício das atividades passíveis de pagamento da gratificação por encargo de curso e concurso, estabelecida na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, com a anuência do respectivo diretor;

II - encaminhar a outras unidades do TCU processos, memorandos e mensagens eletrônicas concernentes a solicitações e requisições de serviços rotineiros e relativos a execução de ações educacionais constantes de programação periódica do ISC, aprovada previamente pelo Diretor-Geral; e

III - emitir declarações de participação, históricos e certificados com assinatura digitalizada do Diretor-Geral de ações educacionais devidamente autorizadas e registradas em sistema de administração educacional do ISC;

IV - autorizar, mediante envio de mensagem eletrônica à unidade interessada, a participação de servidores do TCU, com anuência do titular da unidade de lotação, em eventos externos sem ônus no Brasil;

V - ofertar vagas em eventos externos de curta duração, no Brasil, de interesse de unidades técnicas do Tribunal, sem ônus para o TCU;

VI - elaborar e encaminhar para publicação extratos de despachos de autorização de participação em eventos externos;

§ 1º Fica subdelegado, ainda, ao chefe do Serviço de Educação Corporativa em Liderança e Gestão (Selid) autorizar o reembolso de bolsa de estudo de idioma para servidor ativo do TCU, desde que autorizada previamente a concessão;

§ 2º Fica subdelegado, ainda, ao chefe do Serviço de Ações Educacionais Presenciais (Sedup) analisar e autorizar, quando for o caso, solicitações de empréstimo de salas de aula do ISC para entes externos ao TCU, seguindo os critérios especificados na Portaria ISC nº 4/2018.

Art. 6º Fica subdelegado aos chefes do Serviço de Gestão de Biblioteca e Arquivo (SGBA) e do Serviço de Gestão do Conhecimento (SGCo):

I - encaminhar a unidades do TCU processos, documentos, memorandos e mensagens eletrônicas concernentes a solicitações e requisições de serviços rotineiros e relativos à execução de ações relacionadas às suas respectivas áreas de competência;

II - interagir diretamente com fornecedores de serviços pertinentes às suas respectivas áreas de competência.

§ 1º Fica subdelegado, ainda, ao chefe do Serviço de Gestão de Biblioteca e Arquivo (SGBA):

I - emitir ofícios de pedidos ou cobranças relativos a empréstimos entre bibliotecas ou afins, ou, ainda, cobranças de empréstimos realizados junto aos seus usuários;

II - expedir certidões negativas de débitos junto à Biblioteca;

III - interagir diretamente com outras bibliotecas em assuntos técnicos de sua área de competência.

IV - deferir pedido de vista, de cópia, e de informações relativas a processos que estejam sob sua guarda;

V - interagir diretamente com outros arquivos em assuntos técnicos de sua área de competência.

§ 3º Fica subdelegado, ainda, ao chefe do SGC o interagir diretamente com unidades do TCU em temas ligados à gestão do conhecimento.

Art 7º Fica subdelegado ao chefe do Serviço de Inovação e Cultura (Seric):

I - encaminhar a unidades do TCU processos, documentos, memorandos e mensagens eletrônicas concernentes a solicitações e requisições de serviços rotineiros e relativos à execução de ações relacionadas à sua área de competência;

II - interagir diretamente com fornecedores de serviços pertinentes a sua área de competência;

III - interagir diretamente com outros museus, galerias, centros culturais, escolas de governo, e laboratórios de inovação em assuntos técnicos de sua área de competência.

Art. 8º Fica subdelegada aos diretores e aos chefes de serviço a prática dos seguintes atos no âmbito de sua área de atuação:

I - determinar a autuação de processos, inclusive os de caráter reservado; e

II - promover o encerramento de processo relativo à sua área de atuação que tenha cumprido o objetivo para o qual foi constituído, em consonância com a Resolução-TCU nº 259, de 2014.

Art. 9º Fica revogada a Portaria-ISC nº 9, de 27 de julho de 2017.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO HENRIQUE GRANJA E BARROS
Diretor-Geral do ISC

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO**ORDENS DE SERVIÇO**

ORDEM DE SERVIÇO SEGECEX Nº 15, DE 10 DE JULHO DE 2019.

Designa servidor para disseminar a avaliação da suscetibilidade a fraude e corrupção de órgãos públicos realizada pelos integrantes da rede de controle no Mato Grosso do Sul, bem como orientar a realização de trabalhos de replicação da experiência no tema conduzida pela SEC-MS, com vistas ao mapeamento de suscetibilidade a fraude e corrupção das organizações públicas federais, estaduais e municipais brasileiras sob a perspectiva estadual e à construção de uma estratégia nacional de prevenção e combate a fraude e corrupção.

O SECRETÁRIO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso das atribuições regulamentares conferidas pelo art. 31 da Resolução-TCU nº 305, de 28 de dezembro de 2018,

considerando que o tema prevenção a fraude e corrupção é uma das diretrizes da gestão do Tribunal para o período de abril de 2019 a março de 2021;

considerando os relevantes resultados já obtidos na avaliação da suscetibilidade a fraude e corrupção de órgãos e entidades federais, estaduais e municipais realizada pelos órgãos da rede de controle no Estado do Mato Grosso do Sul;

considerando a oportunidade de se replicar o trabalho realizado no Estado do Mato Grosso do Sul em outros estados da federação, não só pela avaliação dos mecanismos de fraude e corrupção, mas também para alavancar as parcerias entre órgãos de controle em todo o país,

considerando o estudo constante do processo TC 019.359/2019-5, resolve:

Art. 1º Fica designado o auditor federal de controle externo Tiago Modesto Carneiro Costa, matrícula 6583-8, secretário da Secretaria do TCU no Estado do Mato Grosso do Sul (SEC-MS) para, a partir dessa data e até 30/6/2020, disseminar junto às demais secretarias do TCU nos estados a avaliação da suscetibilidade a fraude e corrupção de órgãos públicos realizada pelos integrantes da rede de controle no Mato Grosso do Sul, bem como orientar a realização de trabalhos de replicação da experiência no tema conduzida pela SEC-MS, com vistas ao mapeamento de suscetibilidade a fraude e corrupção das organizações públicas federais, estaduais e municipais brasileiras sob a perspectiva estadual e à construção de uma estratégia nacional de prevenção e combate a fraude e corrupção.

§ 1º A designação do servidor dar-se-á sem prejuízo das atribuições inerentes à função de confiança.

§ 2º O servidor deverá interagir com as unidades da Secretaria-Geral de Controle Externo, da Secretaria-Geral da Presidência e do Instituto Serzedelo Correa a fim de discutir e estabelecer, em conjunto, papéis e responsabilidades sobre as ações a serem realizadas.

§ 3º Para subsidiar o desenvolvimento dos trabalhos, o auditor poderá consultar servidores lotados em outras unidades do Tribunal e em outros órgãos ou entidades da Administração Pública quanto à viabilidade da metodologia a ser aplicada, bem como convidá-los a participar de reuniões.

§ 4º O trabalho será supervisionado pelo titular da Secretaria de Estratégias de Controle para o Combate a Fraude e Corrupção.

Art. 2º Cabe às secretarias do TCU nos estados prestar o apoio necessário no tocante à mobilização, envolvimento dos parceiros integrantes das redes de controle e demais atividades a cargo do Tribunal na coordenação das atividades locais, bem como na adaptação dos papéis de trabalho utilizados na iniciativa do Mato Grosso do Sul para reprodução nos demais estados, realização de análises, realização de palestras e treinamentos.

Art. 3º Os resultados devem contemplar, no mínimo, os seguintes produtos e observarão o cronograma constante do Anexo Único a esta ordem de serviço:

I - relatório, em processo administrativo, a ser desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, consolidando os resultados diagnosticados nos estados;

II - relatórios de produção de conhecimento de cada uma das secretarias do TCU nos estados, consolidando as informações estaduais no âmbito da rede de controle;

III - documento detalhando estratégia de continuidade após a realização dos diagnósticos; e

IV - modelos de palestras, de eventos educacionais e de cursos EaD e demais ações necessárias para desenvolvimento da capacidade de prevenção e combate a fraude e corrupção das organizações públicas federais, estaduais e municipais, tendo como base o programa de integridade da Controladoria-Geral da União e também o referencial de combate a fraude e corrupção do Tribunal.

Art. 4º Ao término do período estipulado no art.1º, os resultados do trabalho deverão ser entregues, por intermédio da Coordenação-Geral de Controle Externo de Processos e Informações, a esta Secretaria-Geral.

Art. 5º Esta ordem de serviço entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS

ANEXO ÚNICO À ORDEM DE SERVIÇO SEGECEX N° 15, DE 10 DE JULHO DE 2019

Cronograma de atividades

Julho 2019

- Contatos com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, com o Conselho Nacional de Controle Interno e com a Controladoria-Geral da União para obtenção de número mínimo de parceiros nas redes estaduais.
- Coleta de sugestões nas redes de controle para elaboração de uma estratégia nacional de prevenção à corrupção.
- Mobilização da equipe de secretários no TCU e parceiros essenciais para início dos trabalhos.
- Adaptação da metodologia aplicada no Mato Grosso do Sul para replicação nas outras redes de controle.
- Confecção das apresentações e roteiros de mobilização de responsáveis pelo controle interno, contadores públicos, gestores das instituições avaliadas.

Agosto 2019

- Adaptação e simplificação de formulários utilizados na auditoria realizada no estado do Mato Grosso do Sul (poder de compra, poder de regulação e aderências às boas práticas de combate a fraude e corrupção).
- Elaboração de guia de planejamento, execução, relatório e monitoramento das auditorias regionais.
- Elaboração de *checklist* de validação dos dados dos respondentes.
- Elaboração de material para treinamento dos secretários do TCU nos estados, redes de controle e demais colaboradores responsáveis pelo trabalho.
- Treinamento dos secretários do TCU nos estados.
- Início dos trabalhos de adaptação da plataforma da Rede de Controle do MS para as demais redes de controle (<http://www.rededecontrolems.org.br/autoavaliacao/> login: teste / senha: 123456).

Setembro 2019

- Mobilização das redes de controle e colaboradores para a realização dos trabalhos.
- Treinamento para as redes de controle e colaboradores do trabalho.
- Finalização da plataforma de inserção de informações, comprovações e geração de relatórios individuais.
- Elaboração de papéis de trabalho de consolidação de informações.
- Início das gravações de vídeos para consulta durante atividade de auto avaliação (vídeos-guia).
- Apresentação do trabalho na reunião nacional das Redes de Controle (20/9).

Outubro 2019

- Elaboração de treinamento *online* para entidades avaliadas.
- Finalização de gravações dos vídeos para consulta durante atividade de auto avaliação (vídeos-guia).
- Determinação de poder de compra e de regulação das entidades a serem avaliadas.
- Preparação para evento(s) de abertura dos trabalhos junto às instituições avaliadas.

Novembro 2019

- Evento(s) de abertura dos trabalhos junto às entidades avaliadas.
- Promoção de treinamentos junto aos responsáveis pelo controle interno, contadores públicos, gestores das instituições avaliadas para entendimento das boas práticas de combate a fraude e corrupção e correta inserção de dados na plataforma.

- Abertura da plataforma com oferecimento de *login* e senha às entidades avaliadas, com prazo até 31/1/2020 para inserção de dados e documentos na plataforma.

Dezembro/2019

- Continuação do período de inserção de dados e documentos na plataforma.
- Ação de orientação junto aos respondentes.

Janeiro/2020

- Continuação do período de inserção de dados e documentos na plataforma.
- Ação de orientação junto aos respondentes.
- Elaboração dos *templates* de relatórios individuais dos parceiros, consolidado estadual.

Fevereiro/2020

- Atuação junto a entidades não correspondentes para atingir 100% de respostas.
- Início dos trabalhos de validação de informações com aplicação de *checklists* (mutirão de validação na rede de controle).

Março/2020

- Finalização dos trabalhos de validação.
- Preenchimento dos papéis de trabalho de consolidação dos dados.
- Início da confecção dos relatórios individuais, estaduais e nacional parceiros e TCU (Rede Nacional e Redes Estaduais).

Abril/2020

- Continuação da confecção dos relatórios individuais, estaduais e nacional parceiros e TCU (Rede Nacional e Redes Estaduais).

Maió/2020

- Finalização dos relatórios individuais, estaduais e nacional parceiros e TCU (Rede Nacional e Redes Estaduais).
- Início da preparação dos eventos estaduais e nacional de divulgação do trabalho.
- Trabalho de mobilização junto aos órgãos de imprensa regionais para cobertura do evento.

Junho/2020

- Eventos de divulgação estaduais e nacional.

Julho/2020

- Confecção de estratégia de continuidade.
- Início da estratégia de continuidade.
- Elaboração de produtos para consumo das unidades da sede do TCU.

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DE GESTÃO DE PROCESSOS E INFORMAÇÕES**SEC-MS****PORTARIAS**

PORTARIA-SEC-MS Nº 7, DE 15 DE JULHO DE 2019

O SECRETÁRIO DO TCU NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições do Capítulo X da Portaria-TCU nº 307, de 11 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo das suas atribuições, comporem comissão de levantamento, avaliação, destinação e baixa dos bens patrimoniais suscetíveis de desfazimento desta Secretaria, observadas as instruções constantes da Portaria-TCU nº 307, de 11 de novembro de 2014:

- a) Mário Júnior Bertuol, matrícula 3057-0 (coordenador);
- b) Francimar de Araújo Medeiros, TEFC, matrícula 1724-8;
- c) Jaqueline Vils Lomando, TEFC, matrícula 3420-7.

Art. 2º. Designar o Secretário para atuar como substituto no caso de afastamento de servidores da presente comissão.

Art. 3º. Fixar o prazo de 9/8/2019 para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

TIAGO MODESTO CARNEIRO COSTA
Secretário

SEC-RN**PORTARIAS**

PORTARIA-SEC/RN Nº 11, DE 15 DE JULHO DE 2019

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições regulamentares, em cumprimento ao art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e com fundamento no inciso IX do art. 1º da Portaria-Segedam nº 21/2019, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Átila Varela Ferreira Medeiros de Oliveira (titular), matrícula 10615-1, Antônio Aluizio da Silva (1º substituto), matrícula 1574-1 e Cleber da Silva Menezes (2º substituto), matrícula 3101-1, para exercerem o acompanhamento e fiscalização da execução dos seguintes contratos de prestação de serviços no âmbito desta Secretaria:

I. Fornecimento de água e captação de esgoto - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - Caern - CNPJ 08.334.385/0001-35;

II. Fornecimento de energia elétrica - Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern - CNPJ 08.324.196/0001-81.

Art. 2º Os servidores devem exercer suas atribuições de fiscalização com estrita observância aos dispositivos da Portaria-TCU nº 444, de 28/12/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO MARCELO SPALLA FAJARDO
Secretário

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**SECRETARIA-GERAL ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO****- Autorização -**

Em 15 de julho de 2019

FUNDAMENTO LEGAL: arts. 73 e 74 da Lei nº 8.112/1990; art. 1º e art. 4º, inciso I da Resolução-TCU nº 204/2007, bem como o § 2º do art. 4º; § 2º do art. 8º da Portaria-TCU nº 138/2008; e inciso XII do art. 1º da Portaria-Segedam nº 6, 2 de janeiro de 2019.

AUTORIZANDO, excepcionalmente, no processo de interesse da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração - SeinfraPetróleo/Segecex, a prestação de serviço extraordinário, pelos servidores abaixo relacionados, nos dias 20, 21, 27 e 28 de julho e 3, 4, 10 e 11 de agosto de 2019, entre 14h00 e 22h00, limitada no caso de dia não útil, a 9 (nove) horas diárias no caso de servidor não ocupante de função de confiança e a 10 (dez) horas diárias em se tratando de servidor detentor de função comissionada.

NOME	MATRICULA	LOTAÇÃO
MARCELO ROCHA DO AMARAL	3437-1	SeinfraPetróleo
EDUARDO JUNTOLLI VILHENA	7611-2	SeinfraPetróleo

(TC 020.746/2019-9)

ADRIANO CESAR FERREIRA AMORIM
Secretário-Geral Adjunto de Administração

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO****- Reformulação -**

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 67 da Lei nº 8.112/1990 (redação original), revogado pelo art. 15, inciso II, da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4/9/2001, Acórdão 2.473/2009-TCU-Plenário e subdelegação de competência constante da Portaria-Segedam nº 3/2019.

REFORMULO, em parte, o adicional por tempo de serviço, para considerar as datas na forma abaixo, observando-se a prescrição quinquenal com relação ao pagamento de parcelas atrasadas a incidir sobre valores devidos anteriormente a cinco anos, em cumprimento ao que preceitua o inciso I do art. 110 da Lei nº 8.112/90 e o art. 1º do Decreto nº 20.910/1932, a contar da data de autuação do processo de aposentadoria, qual seja, 09/07/2019.

Em 12 de julho de 2019

NOME/CARGO/MATRÍCULA	A PARTIR DE	MAJORAÇÃO	ANUENIOS	PROCESSO
CRESO BALDUINO DA SILVA/TEFC/3359-6	12/04/1996		11%	TC-012.116/1996-3
	03/08/1996	1%	12%	
	03/08/1997	1%	13%	
	03/08/1998	1%	14%	

MARIA VANDA LIMA PINTO
Secretária Substituta

DIRETORIA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL**PORTARIAS**

PORTARIA-DILPE N° 502, DE 12 DE JULHO DE 2019

O DIRETOR DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso VI do Art. 3º da Portaria-Segep n° 29, de 24 de janeiro de 2019, do Secretário de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

Art. 1º Dispensar, a contar de 09 de julho de 2019, RAFAEL FARIA DE CASTRO, Matrícula 8551-0, TEFC, da função de substituto eventual de Chefe de Serviço, código FC-3, exercida no Serviço de Conformidade das Unidades nos Estados/DICON/SECOF.

Art. 2º Designar WALDECK MIQUILINO DA SILVA, Matrícula 2931-9, AUFC, para substituir, na 1ª Diretoria Técnica/SEAUD, o Diretor, código FC-4, ALEXANDRE PIMENTA BORGES, Matrícula 3586-6, no período de 15/07/2019 a 04/08/2019, em virtude do afastamento legal deste e impedimento do substituto eventual.

Art. 3º Designar JOÃO PAULO ALEXANDRE DE SOUSA, Matrícula 10597-0, TEFC, para substituir, na Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio/SEGEDAM, o Secretário, código FC-5, THYAGO RODRIGUES COIMBRA, Matrícula 6321-5, no período de 15/07/2019 a 19/07/2019, em virtude do afastamento legal deste e impedimento do substituto eventual.

Art. 4º Designar CLÁUDIA FREITAS DOS SANTOS, Matrícula 5696-0, AUFC, para substituir, no Gabinete do Corregedor, a Chefe de Gabinete, código FC-5, DIONE MARY DE CERQUEIRA BARBOSA, Matrícula 3036-8, no período de 17/07/2019 a 26/07/2019, em virtude do afastamento legal desta.

Art. 5º Designar MARLUCE NORONHA BARCELOS, Matrícula 9040-9, TEFC, para substituir, no Gabinete do Corregedor, a Oficial de Gabinete, código FC-3, JOSINETE PEREIRA DOS SANTOS, Matrícula 9820-5, no período de 15/07/2019 a 31/07/2019, em virtude do afastamento legal desta.

Art. 6º Designar TACITO FLORENTINO RODRIGUES, Matrícula 8165-5, AUFC, para substituir, no Serviço de Instrução de Processos de Pessoal/SEFIP/SEGECEX, o Chefe de Serviço, código FC-3, RODRIGO BENTO DE ANDRADE, Matrícula 10217-2, no período de 09/07/2019 a 22/07/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 7º Designar IVO OLIVEIRA E SILVA, Matrícula 10192-3, AUFC, para substituir, na Diretoria de Tecnologia de Informação em Pessoal/SEFIP/SEGECEX, o Diretor, código FC-4, REGINALDO APARECIDO FERNANDES, Matrícula 7715-1, nos períodos de 15/07/2019 a 19/07/2019, de 22/07/2019 a 26/07/2019 e de 29/07/2019 a 02/08/2019, em virtude dos afastamentos legais deste.

Art. 8º Designar RAISA MAARIT PAULIINA OJALA, Matrícula 10604-6, TEFC, para substituir, na Diretoria de Cooperação Internacional/SERINT/SEGEPRES, a Diretora, código FC-4, PAULA HEBLING DUTRA, Matrícula 8421-2, no período de 18/07/2019 a 31/07/2019, em virtude do afastamento legal desta.

Art. 9º Designar CAROLINA BESERRA PFEILSTICKER, Matrícula 8112-4, AUFC, para substituir, no Centro de Estudos, Pesquisas, Cultura e Inovação-Cepi/ISC/SEGEPRES, a Diretora, código FC-4, FABIANA RUAS VIEIRA, Matrícula 6279-0, nos seus impedimentos eventuais a partir de 08/07/2019.

Art. 10 Designar HEITOR SILVEIRA FREITAS, Matrícula 10210-5, AUFC, para substituir, na Secretaria de Controle Externo da Previdência e da Assistência Social/SEGECEX, o Secretário, código FC-5, TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA, Matrícula 8172-8, no período de 15/07/2019 a 19/07/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 11 Designar JÚLIO CÉSAR FERNANDES DE SOUZA, Matrícula 1880-5, TEFC, para substituir, no Gabinete de Apoio Estratégico, o Assistente Técnico, código FC-2, ARNALDO JOSÉ FREITAS LOPES, Matrícula 1603-9, no período de 11/07/2019 a 26/07/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 12 Designar ROSANA RONDON ROSSI, Matrícula 1097-9, TEFC, para substituir, na 1ª Diretoria da Consultoria Jurídica/CONJUR, o Diretor, código FC-4, ALEMAR BATISTA CARDOSO MOURÃO JÚNIOR, Matrícula 5611-1, no período de 09/07/2019 a 18/07/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 13 Designar FRANCISCO GIUSEPE DONATO MARTINS, Matrícula 3064-3, AUFC, para substituir, no Gabinete do Ministro Vital do Rêgo Filho, o Chefe de Gabinete, código FC-5, EDUARDO NERY MACHADO FILHO, Matrícula 4208-0, no período de 05/07/2019 a 21/07/2019, em virtude do afastamento legal deste e impedimento do substituto eventual.

Art. 14 Designar MAURICIO ARAUJO BARROS, Matrícula 10657-7, AUFC, para substituir, na Diretoria de Auditoria Financeira/SEMAG, o Diretor, código FC-4, RODRIGO GARCIA DE FREITAS, Matrícula 6601-0, no período de 15/07/2019 a 26/07/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 15 Designar CLEBER SILVA CAMPOS, Matrícula 5047-4, AUFC, para substituir, na Diretoria de Auditoria Financeira/SEMAG, o Diretor, código FC-4, RODRIGO GARCIA DE FREITAS, Matrícula 6601-0, no período de 10/07/2019 a 14/07/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 16 Designar DENNYS RODRIGUES OLIVEIRA, Matrícula 10652-6, AUFC, para substituir, na 4ª Diretoria da Secretaria de Fisc. de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil/Segecex, o Diretor, código FC-4, FÁBIO AUGUSTO DE AMORIM, Matrícula 8675-4, no período de 15/07/2019 a 26/07/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 17 Designar JOSÉ ARIMATHEA VALENTE NETO, Matrícula 7660-0, AUFC, para substituir, na Assessoria da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto/SEGECEX, o Assessor, código FC-3, ANDRÉ GERALDO CARNEIRO DE OLIVEIRA, Matrícula 5037-7, no período de 22/07/2019 a 18/10/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 18 Designar ÉLLYSSON SEBASTIAN DE ARAÚJO ROCHA, Matrícula 10653-4, AUFC, para substituir, na Assessoria da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto/SEGECEX, o Assessor, código FC-3, ANDRÉ GERALDO CARNEIRO DE OLIVEIRA, Matrícula 5037-7, no período de 21/10/2019 a 16/12/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 19 Designar LUCÉLIA SUMIHARA DOS REIS, Matrícula 6718-0, TEFC, para substituir, na Diretoria de Programação e Execução Orçamentária/SECOF/SEGEDAM, o Diretor, código FC-4, FABRÍCIO NARCIZO LEAL COSTA, Matrícula 5179-9, no dia 19/07/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 20 Designar RAFAEL LUZ BARRETO, Matrícula 8939-7, TEFC, para substituir, no Gabinete do Corregedor, a Oficial de Gabinete, código FC-3, JOSINETE PEREIRA DOS SANTOS, Matrícula 9820-5, no período de 03/07/2019 a 12/07/2019, em virtude do afastamento legal desta.

Art. 21 Designar SARAH LOPES DOS ANJOS, Matrícula 11172-4, TEFC, para substituir, no Serviço de Transportes/DISOP/SENGE, o Chefe de Serviço, código FC-3, JOÃO MARCOS RIBEIRO SANTA ANA, Matrícula 10595-3, nos períodos de 01/07/2019 a 05/07/2019, de 08/07/2019 a 12/07/2019, de 15/07/2019 a 19/07/2019 e de 22/07/2019 a 02/08/2019, em virtude dos afastamentos legais deste.

Art. 22 Designar LUIZ HENRIQUE BATISTUTA GOMIDE, Matrícula 9981-3, AUFC, para substituir, na Diretoria de Análise de Dados e Tecnologia da Informação/SECEXPREVIDÊNCIA/SEGECEX, o Diretor, código FC-4, RODRIGO OTÁVIO COELHO HILDEBRAND, Matrícula 9466-8, nos seus impedimentos eventuais a partir de 01/07/2019.

Art. 23 Designar TÂNIA MARIA DA SILVA PASSOS, Matrícula 2466-0, TEFC, para substituir, no Gabinete do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, o Assistente Técnico, código FC-2, ELIEL BARROS NOGUEIRA, Matrícula 1700-0, no período de 02/07/2019 a 15/07/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 24 Designar FABIANO NIJELSCHI GUERCIO FERNANDES, Matrícula 8124-8, AUFC, para substituir, na 1ª Diretoria da Secretaria de Controle Externo da Previdência da Assistência Social/SEGECEX, o Diretor, código FC-4, JORGE MENDES DE OLIVEIRA CASTRO NETO, Matrícula 8085-3, no período de 15/07/2019 a 02/08/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 25 Designar WASHINGTON REIS CARDOSO SOUSA, Matrícula 2868-1, AUFC, para substituir, na 3ª Diretoria da Secretaria de Controle Externo da Previdência e da Assistência Social/SEGECEX, o Diretor, código FC-4, ANGELO HENRIQUE LOPES DA SILVA, Matrícula 4544-6, nos períodos de 17/06/2019 a 19/06/2019 e de 27/07/2019 a 29/07/2019, em virtude dos afastamentos legais deste e impedimento do substituto eventual.

Art. 26 Designar MELCHIOR SAWAYA NETO, Matrícula 3175-5, AUFC, para substituir, na 3ª Diretoria da Secretaria de Controle Externo da Previdência e da Assistência Social/SEGECEX, o Diretor, código FC-4, ANGELO HENRIQUE LOPES DA SILVA, Matrícula 4544-6, no período de 24/07/2019 a 26/07/2019, em virtude do afastamento legal deste e impedimento do substituto eventual.

Art. 27 Designar WASHINGTON REIS CARDOSO SOUSA, Matrícula 2868-1, AUFC, para substituir, na 3ª Diretoria da Secretaria de Controle Externo da Previdência e da Assistência Social/SEGECEX, o Diretor, código FC-4, ANGELO HENRIQUE LOPES DA SILVA, Matrícula 4544-6, nos seus impedimentos eventuais a partir de 30/07/2019.

Art. 28 Designar DAVID RAICK, Matrícula 8157-4, AUFC, para substituir, na 2ª Diretoria da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária/SEGECEX, o Diretor, código FC-4, FERNANDO GRAEFF, Matrícula 7665-1, no período de 15/07/2019 a 02/08/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 29 Designar LEONARDO DA SILVA CARVALHO, Matrícula 2543-7, TEFC, para substituir, na Assessoria da Secretaria do TCU no Estado do Rio de Janeiro/SEGECEX, a Assessora, código FC-3, RENATA SILVA PUGAS MAGALHÃES, Matrícula 4199-8, no período de 08/07/2019 a 26/07/2019, em virtude do afastamento legal desta.

Art. 30 Designar RICARDO DE FARIAS SANTOS, Matrícula 6249-9, AUFC, para substituir, na Assessoria da Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo/SEMEC/SEGECEX, o Assessor, código FC-3, ALISON APARECIDO MARTINS DE SOUZA, Matrícula 3624-2, no período de 08/07/2019 a 15/07/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 31 Designar BRUNO FRACASSO, Matrícula 10225-3, AUFC, para substituir, na 1ª Diretoria da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica/SEGECEX, a Diretora, código FC-4, ARLENE COSTA NASCIMENTO, Matrícula 6566-8, no período de 15/07/2019 a 26/07/2019, em virtude do afastamento legal desta.

Art. 32 Designar JÔNATAS CARVALHO SILVA, Matrícula 9503-6, AUFC, para substituir, na 1ª Diretoria da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica/SEGECEX, a Diretora, código FC-4, ARLENE COSTA NASCIMENTO, Matrícula 6566-8, no período de 29/07/2019 a 03/08/2019, em virtude do afastamento legal desta.

Art. 33 Designar CLÁUDIA VIEIRA PEREIRA, Matrícula 4241-2, AUFC, para substituir, na Secretaria de Estratégias de Controle para o Combate a Fraude e Corrupção/SEGECEX, o Secretário, código FC-5, RAINERIO RODRIGUES LEITE, Matrícula 2855-0, nos seus impedimentos eventuais a partir de 01/07/2019.

Art. 34 Designar RICARDO AKL LASMAR DE ALVARENGA, Matrícula 10680-1, AUFC, para substituir, na Assessoria da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação/SEGECEX, a Assessora, código FC-3, ROBERTA RIBEIRO DE QUEIROZ MARTINS, Matrícula 3188-7, no período de 15/07/2019 a 03/08/2019, em virtude do afastamento legal desta.

Art. 35 Designar CESAR HUMBERTO FERREIRA, Matrícula 7594-9, AUFC, para substituir, na 3ª Diretoria da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente/SEGECEX, o Diretor, código FC-4, VINÍCIUS NEVES DOS SANTOS, Matrícula 10216-4, no dia 06/06/2019, em virtude do afastamento legal deste e impedimento do substituto eventual.

Art. 36 Designar PATRÍCIA GUIMARÃES EICHLER, Matrícula 2538-0, TEFC, para substituir, no Serviço de Gestão Socioambiental e de Transparência Administrativa/SEAMB/ADGEDAM, o Chefe de Serviço, código FC-3, BENJAMIM LIMA JÚNIOR, Matrícula 5040-7, nos seus impedimentos eventuais a partir de 11/07/2019.

Art. 37 Designar ALEXANDRE CARLOS LEITE DE FIGUEIREDO, Matrícula 6484-0, AUFC, para substituir, na Coordenação-Geral de Controle Externo de Infraestrutura/Segecex, o Coordenador-Geral, código FC-5, NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY, Matrícula 8617-7, no período de 15/07/2019 a 19/07/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 38 Designar BRUNO MARTINELLO LIMA, Matrícula 7610-4, AUFC, para substituir, na Coordenação-Geral de Controle Externo de Infraestrutura/Segecex, o Coordenador-Geral, código FC-5, NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY, Matrícula 8617-7, no período de 22/07/2019 a 26/07/2019, em virtude do afastamento legal deste.

Art. 39 Designar ESDRAS JAMIL CREMER FRANCISCO, Matrícula 11081-7, AUFC, para substituir, na Assessoria da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica/SEGECEX, a Assessora, código FC-3, DÉBORA DE MELO CAVALCANTE MARTINS, Matrícula 8572-3, no período de 15/07/2019 a 26/07/2019, em virtude do afastamento legal deste.

FABRÍCIO SARAMAGO PINHEIRO SOARES
Diretor

EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO - Indeferimento -

INDEFIRO, conforme subdelegação de competência constante da Portaria-Segep nº 29/2019, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, o pedido de reconsideração, ante a ausência de novos elementos capazes de alterar a decisão inicial.

Em 15 de julho de 2019

NOME/CARGO/MATRICULA	PROCESSO
REMILSON SOARES CANDEIA/AUFC/3534-3	TC-009.425/2019-5

FABRÍCIO SARAMAGO PINHEIRO SOARES
Diretor

SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR****- Reconhecimento -**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 37 da Lei nº 4.320, de 1964; § 2º do art. 22 do Decreto 93.872, de 1986; subdelegação conferida pelo inciso V, art. 1º, da Portaria Segedam nº 2, de 2019.

RECONHEÇO, na forma proposta pelo Serviço de Programação Orçamentária e Financeira (SPR/Dipex), a Despesa de Exercício Anterior (DEA) abaixo:

Em 11 de julho de 2019

FAVORECIDO	OBJETO	EXERCÍCIOS	VALOR	PROCESSO
Karla Sampaio de Queiroz Matrícula: 1086-3	Pagamento de despesas com incorporação de 1/10 de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, abono de férias, gratificação natalina e correção monetária.	2014 a 2018	R\$ 17.332,15	TC - 016.676/2019-0
Secretaria da Receita Federal do Brasil.	Contribuição Social Patronal.	2014 a 2017	R\$ 2.832,10	

LUIZ JOSÉ ADÃO
Secretário da Secof

DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR**- Reconhecimento -**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 37 da Lei nº 4.320, de 1964; § 2º do art. 22 do Decreto 93.872, de 1986; subdelegação conferida pelo inciso V, art. 1º, da Portaria Segedam nº 2, de 2019.

RECONHEÇO, na forma proposta pelo Serviço de Programação Orçamentária e Financeira (SPR/Dipex), a Despesa de Exercício Anterior (DEA) abaixo:

Em 11 de julho de 2019

FAVORECIDA	OBJETO	EXERCÍCIO	VALOR	PROCESSO
CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA.	Oitavo Termo de Apostilamento ao Contrato nº 34/2014, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de vigilância armada nas dependências do TCU e nas residências das autoridades e de segurança pessoal privada armada para condução de veículos oficiais de representação e acompanhamento de autoridades.	2018	R\$ 213.195,96	TC - 039.852/2018-0

LUIZ JOSÉ ADÃO
Secretário da Secof